

UMA NARRATIVA REGRESSIVA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA, A PUBLI(CIDADE) E A PRIVA(CIDADE)

Andre Felix de Souza¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Enviado em 25 jul. 2021 | Aceito em 15 mar.. 2022

Resumo: Até a última década do milênio passado, o tema dos espaços públicos era relativamente pouco estudado. Ao revisar as obras de alguns autores pioneiros que, segundo a bibliografia especializada, foram os maiores responsáveis pela consolidação desse objeto de investigação científica, é possível perceber que, tomadas em conjunto, essas obras compõem uma narrativa: o nascimento, o amadurecimento, a regressão, a decadência e a crise dos espaços públicos. O presente artigo tem o objetivo de reconstruir, à luz do olhar dos seus proponentes, os principais argumentos que corroboram esta narrativa regressiva dos espaços públicos. Trata-se, pois, de uma reflexão sobre a lenta transformação da natureza do conceito e das características e funções dos espaços públicos e privados no mundo ocidental, em diferentes contextos históricos e geográficos.

Palavras-chave: Espaços Públicos; Publicidade; Privacidade.

A REGRESSIVE NARRATIVE OF PUBLIC SPACES: REFLECTING ON THE RELATIONSHIP BETWEEN POLITICS, PUBLI(CITY), AND PRIVA(CITY)

Abstract: Until the last decade of the last millennium, the theme of public spaces was relatively little studied. When revisiting the works of some pioneering authors who, according to the specialized bibliography, were most responsible for the consolidation of this object of scientific investigation, it is possible to see that, taken together, these works make up a narrative: birth, maturation, regression, the decay, and crisis of public spaces. This article aims to reconstruct, in the light of the eyes of its proponents, the main arguments that support this regressive narrative of public spaces. It is, therefore, a reflection on the slow transformation of the nature of the concept and the characteristics and functions of public and private spaces in the Western world, in different historical and geographical contexts.

Keywords: Public Spaces; Publicity; Privacy.

UNA NARRATIVA REGRESIVA DE ESPACIOS PÚBLICOS: REFLEXIÓN SOBRE LA RELACIÓN ENTRE POLÍTICA, PUBLI(CIUDAD) Y PRIVA(CIUDAD)

Resumen: Hasta la última década del pasado milenio, el tema de los espacios públicos fue relativamente poco estudiado. Al repasar las obras de algunos autores pioneros que, según la bibliografía especializada, fueron los máximos responsables de la consolidación de este objeto de investigación científica, es posible percibir que, en conjunto, estas obras componen una narrativa: el nacimiento, la maduración, la regresión, la decadencia y crisis de los espacios públicos. Este artículo pretende reconstruir, a la luz de sus proponentes, los principales argumentos que corroboran esta narrativa regresiva de los espacios públicos. Se trata, por tanto, de una reflexión sobre la lenta transformación de la naturaleza del concepto y de las características y funciones de los espacios públicos y privados en el mundo occidental, en diferentes contextos históricos y geográficos.

Palabras llave: Espacios Públicos; Publicidad; Privacidad.

1. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutorando pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0137-3493>. Email: andrefelix_rj@hotmail.com

Introdução

Os debates em torno de questões ligadas à temática dos espaços públicos têm sido cada vez mais frequentes nas humanidades, nas ciências sociais, na geografia e nos assim chamados estudos urbanos. É perceptível nos últimos anos o crescimento do número de congressos, simpósios, workshops, colóquios e cursos acadêmicos que têm como tema fundamental de reflexão os espaços públicos. Esse crescente interesse é notório também quando se constata o expressivo número de artigos científicos e livros acadêmicos publicados sobre essa temática que, nas últimas três décadas, multiplicaram-se de forma exponencial. Intelectuais e teóricos de diferentes áreas do conhecimento, das mais diversas filiações ideológicas e matizes epistemológicos, teóricos e metodológicos, parecem cada vez mais dispostos a refletir sobre os espaços públicos. Grosso modo, podemos dividir a volumosa bibliografia produzida desde então em dois grandes grupos: as “perspectivas pessimistas” e as “perspectivas otimistas”.

Segundo argumentam os autores e autoras que corroboram o ponto de vista “pessimista”, os espaços públicos das cidades contemporâneas estariam perdendo a importância de outros tempos, sendo despolitizados, substituídos ou mesmo sumindo de nossas cidades. Nessa perspectiva, de maneira geral, a bibliografia especializada trata dos seguintes fenômenos e temas: 1) a privatização dos espaços públicos e a multiplicação dos espaços de entretenimento, lazer e consumo privados; 2) o crescimento da produção e da gestão privadas dos espaços públicos; 3) a produção desigual da cidade e o advento daquilo que tem sido chamado de urbanismo neoliberal; 4) o crescimento da violência/criminalidade urbanas e a assim chamada militarização da questão urbana; 5) o processo de domesticação dos espaços públicos e a consequente despolitização desses espaços; 6) a acentuação de processos de segregação e, mais recentemente, fragmentação socioespacial; 7) o recrudescimento das desigualdades socioeconômicas; 8) os cortes nos orçamentos públicos etc. Tomados em conjunto, esses e outros fenômenos são vistos como alguns dos responsáveis por um processo global de “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, que ficou conhecido na bibliografia especializada como a tese do fim dos espaços públicos (DAVIS, [1990] 1993; SORKIN, 1992; ZUKIN, 1995; LIGHT & SMITH, 1998; FYFE, 1998; CALDEIRA, 2000; MITCHELL, 2003; KOHN, 2004; LOW & SMITH, 2006; SERPA, 2007; STAEHELI & MITCHELL, 2008; ZUKIN, 2010; BOROS & GLASS, 2014).

Em contrapartida, os autores e autoras que se propõem a estudar os espaços públicos à luz de perspectivas que poderíamos qualificar como “otimistas”, sem desconsiderar os argumentos viabilizados pelas perspectivas pessimistas, propõem reflexões que sugerem a existência de outras possibilidades interpretativas. Segundo esse ponto de vista, apesar dos inúmeros problemas e contradições inerentes às sociedades e cidades do mundo contemporâneo, o estudo dos espaços públicos nos permitiria reconhecer a existência de ricas dinâmicas socioespaciais, que, em certo sentido, contrastam com o tom generalista de alguns argumentos amplamente difundidos na bibliografia especializada. Entre os temas mais abordados nessa perspectiva, destacam-se os seguintes: 1) os protestos, manifestações, mobilizações e questionamentos das ordens sociais, políticas, econômicas, culturais e comportamentais; 2) a copresença, a interação social e a convivência da diversidade cidadina; 3) a urbanidade, a civilidade, a polidez e a cortesia; 4) a cidadania, a democracia e a vida política e pública; 5) as pautas identitárias; 6) o racismo, a xenofobia e as questões étnico-raciais; 7) o cosmopolitismo e o multiculturalismo; 8) a importância da visibilidade pública no combate à todas as formas de desigualdades etc. (GOMES, [2000] 2010; BORJA & MUXÍ, 2003; LOW, TAPLIN & SCHELD, 2005; WATSON, 2006; IVESON, 2007; IRAZÁBAL, 2008; ORUM & NEAL, 2010; PARKINSON, 2012; HOSKYNS, 2014; GOMES & RIBEIRO, 2020).

Apesar de deveras popular atualmente, não obstante, o tema dos espaços públicos demorou até se consolidar como um objeto de investigação científica relativamente autônomo. Mesmo nas obras de alguns autores(as) pioneiros, o tema dos espaços públicos não era o foco fundamental das reflexões. Nesse contexto, podemos citar, entre outros: autores como Walter Benjamin (1935), que concebeu o *flâneur* (individualista, consumista e alienado) como um típico personagem da vida pública moderna; Norbert Elias (1939), que refletiu sobre o advento do comportamento público na modernidade (cortesia, civilidade, urbanidade, polidez e civilização); Hannah Arendt (1958), que tratou, entre outras coisas, do nascimento e da regressão de uma ordem pública no processo de constituição da modernidade; Jane Jacobs (1961), que fez uma contundente crítica ao urbanismo modernista funcionalista destacando suas consequências para a vida pública; Jürgen Habermas (1962), que refletiu sobre a manipulação da esfera pública burguesa nas cidades modernas; Erving Goffman (1962), que teorizou as minúcias do comportamento público individual e coletivo nas grandes cidades; Lyn Lofland (1973), que refletiu sobre o cosmopolitismo público-privado que caracteriza as metrópoles; Richard Sennett (1974), que tratou do “declínio do homem público” e da “morte” dos espaços públicos nas cidades modernas; William White (1980), que sistematizou e quantificou os comportamentos individuais e coletivos nos espaços públicos metropolitanos; Marshall Berman (1982), que refletiu sobre os triunfos e contradições das cidades modernas, entre outros.

Se adotarmos essa mesma classificação que estamos propondo, “perspectivas pessimistas” e “perspectivas otimistas”, para os estudos pioneiros que acabamos de citar, seria possível constatar, igualmente, a existência de dois grandes grupos de estudos: autores como Walter Benjamin, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Jane Jacobs, Richard Sennett e Marshall Berman, de um lado, propõem reflexões que poderíamos qualificar como sendo “pessimistas”, leia-se, que se concentraram nos problemas e contradições inerentes aos fenômenos estudados; enquanto autores como Norbert Elias, Erving Goffman, Lyn Lofland e William White, por outro lado, propõem reflexões que poderíamos qualificar como sendo “otimistas”, pois, sem deixarem de ser críticos, tratam também das possíveis virtudes dos fenômenos estudados.

Conforme pretendemos demonstrar no decorrer desse texto, as ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos, muito populares atualmente, especialmente entre os geógrafos, já se encontravam presentes em diversos trabalhos realizados anteriormente. Nesse contexto, três autores(as) e obras são particularmente influentes: Hannah Arendt (*A Condição Humana*, 1958) e Jürgen Habermas (*Mudança Estrutural da Esfera Pública*, 1962), que são considerados os primeiros teóricos a refletirem de maneira sistemática acerca das noções de “vida pública”, “esfera pública” e “espaços públicos”; e, posteriormente, o estudo realizado por Richard Sennett (*O Declínio do Homem Público*, 1974), que ofereceu novas contribuições ao debate, em especial, destacando o papel das cidades. Tomadas em conjunto, essas e outras obras compõem aquilo que estamos chamando nesse texto de *uma narrativa regressiva dos espaços públicos*.

Segundo argumenta Hannah Arendt, geralmente, utilizamos a expressão “vida pública” para se referir a uma conjunção de fenômenos e relações sociais associadas ao domínio público, desde as instituições políticas até as interações face a face que têm lugar nos ambientes urbanos e públicos, isto é, trata-se de uma noção ampla, associada ao mundo da vida política, pública e urbana (ARENDR, 2007). Para Jürgen Habermas, a expressão “esfera pública” deve ser entendida como uma ideia abstrata, uma esfera de comunicação que faz a mediação entre o Estado e a sociedade civil. Ela não refere às instituições políticas propriamente ditas, nem ao mundo da vida econômica e das relações de mercado, por exemplo. Trata-se, nesse sentido, de um conjunto de relações sociais estabelecidas entre pessoas privadas que assume relevância pública, pois, se refere a questões de interesse coletivo, social e político, de construção do debate público, do embate de ideias (racionalis)

convergentes e divergentes que compõem aquilo que chamamos usualmente de opinião pública (HABERMAS, 1984).

Para nós geógrafos, preocupados essencialmente com a espacialidade dos fenômenos, interessa particularmente a discussão sobre o tema dos espaços públicos, que, nessas duas obras pioneiras, ocupam lugares de destaque, sendo concebidos como expressões empíricas (físico-materiais) da existência da vida pública e da esfera pública nas cidades, condição essencial para o funcionamento dos sistemas políticos republicanos e democráticos (ARENDT, 2007; HABERMAS, 1984). Apesar de existirem diferenças consideráveis entre as abordagens propostas nessas duas obras que merecem a designação de clássicas, conforme veremos no decorrer do texto, ambos os autores afirmam que, ao longo do processo de constituição da modernidade, os espaços públicos teriam perdido parte de sua anterior importância, leia-se, deixado de cumprir sua tradicional função política, tal qual na Antiguidade Clássica (ARENDT, 2007) e no início da Idade Moderna (HABERMAS, 1984). É nesse sentido que Richard Sennett, partindo das pistas deixadas por Arendt e Habermas,² constatou o “declínio do homem público” e a consequente “morte” dos espaços públicos nas cidades modernas (SENNETT, 1989).

Conforme enfatizam os autores que se propõem a refletir sobre as relações estabelecidas entre os conceitos “vida pública”, “esfera pública” e “espaços públicos”, a maneira como esses fenômenos “interagem” no mundo empírico é extremamente complexa. Como bem argumentam os geógrafos, os estudos que bebem de fontes da filosofia política, da teoria social e da geografia humana para refletirem sobre o advento das instituições políticas modernas, demonstram que a ideia de um incontornável processo de “despolitização” e “privatização” das relações sociais e dos espaços públicos associado ao advento das cidades modernas pode ser considerado, em algum nível, questionável (HOWEL, 1993; GOHEEN, 1998). Questionamento esse que parte também dos cientistas políticos e sociólogos interessados na relação entre esses conceitos, que enfatizam a importância da espacialidade da política para a interpretação desses fenômenos (PARKINSON, 2013; CASSEGÁRD, 2014). A ideia fundamental que subjaz essas críticas é a seguinte: os espaços públicos das cidades modernas (e contemporâneas), mesmo com todas as transformações, problemas e contradições foram (e continuam sendo) fundamentais para a existência da vida pública, da esfera pública e para o funcionamento das instituições políticas republicanas e democráticas (GOODSSEL, 2003; VERMEREN, 2008).

O enorme número de estudos publicados sobre o tema dos espaços públicos nas últimas décadas torna evidente que é possível abordá-los de inúmeras maneiras (STAEHELI & MITCHELL, 2007). Tal como argumentam alguns autores, porém, em muitos casos, os estudiosos que refletem sobre esse tema lidam com conceitos excessivamente normativos e pouco afeitos ao mundo empírico, tornando os fenômenos menos complexos do que eles realmente são (CRAWFORD, 1995). Será que podemos afirmar com clareza que a ideia e a prática da cidadania e da democracia foram completamente corrompidas pelo consumismo individualista característico das cidades modernas? Em outras palavras, que os cidadãos foram convertidos em meros “*homo spectators*” (KOHN, 2008)? O debate é extremamente complexo e, por esse motivo, é necessário que tenhamos cuidado para não promovermos generalizações exacerbadas. No entanto, a verdadeira “ebulição política” que caracteriza as sociedades e cidades contemporâneas demonstra que, em alguma medida, o tão propalado “fim” dos espaços públicos precisa ser problematizado (FELIX DE SOUZA, 2023).

² É interessante notar que, em seu livro *O Declínio do Homem Público* (1974), Richard Sennett simplesmente não fez nenhuma menção ao importantíssimo (e conhecido) livro *A Condição Humana* (1958), de Hannah Arendt.

Na bibliografia especializada, os espaços públicos são concebidos, de um lado, como objetos de disputas, de conflitos, de controles, de lutas e de conquistas (STAEHELI & THOMPSON, 1997; LEE, 2009; NÉMETH, 2012); por outro lado, são também concebidos como lugares de encontros, de interação, de convivência, de reconhecimento e valorização das diversidades (VALENTINE, 2008; GOMES, 2018; FELIX DE SOUZA, 2022a). Os autores e autoras que refletem sobre o tema dos espaços públicos são unânimes em reconhecer, de diferentes maneiras, a importância desses espaços para a reprodução e, simultaneamente, para o questionamento das ordens sociais, econômicas, comportamentais e políticas das sociedades em que vivemos (HOUSTON, 1998; STAEHELI, 2010). No entanto, um exame detalhado dessa bibliografia revela que, apesar de existirem vozes dissonantes, as ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos são relativamente hegemônicas, especialmente nas reflexões realizadas após a década de 1990 (FELIX DE SOUZA, 2018). É importante que se reconheça, nesse sentido, a existência de uma publi(cidade) que, em alguma medida, se contrapõe aos processos de privatização da vida pública, da esfera pública e dos espaços públicos (LATHAN & LAYTON, 2019; WATSON, 2019), publi(cidade) essa que, como se sabe, nunca foi nem nunca será inata, pré-determinada e geograficamente homogênea (TERZI & TONNELAT, 2017).

No presente artigo, com o auxílio de influentes obras de filósofos, urbanistas, sociólogos, historiadores e geógrafos, propomos ao leitor uma reflexão sobre as origens das ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos, à luz do olhar dos seus proponentes. Em outras palavras: objetivamos agrupar e comentar os principais argumentos viabilizados por alguns autores(as) pioneiros na construção desta narrativa regressiva espaços públicos, conferindo especial destaque às obras de Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennett. Concentraremos nossa atenção nessas obras e autores específicos, pois, conforme sugere a bibliografia especializada, esses trabalhos são amplamente reconhecidos como os maiores responsáveis pela “arquitetura conceitual” do tema dos espaços públicos e, posteriormente, por sua consolidação como objeto de investigação científica.

Optamos por dividir o texto em seis tópicos: o primeiro tópico, referente às notas introdutórias, trata do método interpretativo que guiou a confecção do artigo; no segundo tópico, propomos uma reflexão sobre o “nascimento” dos espaços públicos na Antiguidade Clássica; o terceiro tópico versa sobre o “amadurecimento” dos espaços públicos no início da Idade Moderna; no quarto tópico, tratamos do processo de “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos que teria ocorrido ao longo do processo de constituição da modernidade;³ no quinto tópico, “espaços públicos e as metrópoles modernas”, propomos uma reflexão sobre a importância atribuída aos espaços públicos no processo de “modernização” das metrópoles capitalistas; no sexto tópico, referente às considerações finais, destacamos a relevância e a atualidade desse debate, propondo alguns questionamentos e sugerindo que também prestemos atenção nos estudos pioneiros que compartilham outros pontos de vista.

3 A nomenclatura adotada para a divisão dos seguintes tópicos, “nascimento” dos espaços públicos, “amadurecimento” dos espaços públicos e “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos, que faz referência a três períodos ou estágios fundamentais, é relativamente comum na bibliografia especializada no tema dos espaços públicos (ver, por exemplo, GOMES, 2010). No presente artigo, trata-se, sobretudo, de uma sucessão especificamente cronológica.

O “nascimento” dos espaços públicos: a *ágora*, a política, a democracia participativa e a vida pública na polis grega

Afinal de contas, o que é a política? Para que serve a política? Com que fins nós criamos as instituições políticas, a burocracia estatal, as leis? Em que momento e onde a política teria surgido? Qual a relação entre a política, os espaços públicos e a democracia? Essas são algumas das perguntas que a filosofia política de Hannah Arendt busca responder. Segundo essa autora, ao optar pela vida em sociedade, nós humanos, a despeito de nossa diversidade absoluta, criamos acordos e regras que objetivam conciliar o conflito de interesses que tem origem nessa reunião plural de indivíduos e grupos conjuntamente socializados; em poucas palavras: criamos a política (ARENDR, 2002).

Em um dos seus mais conhecidos tratados, *A Política* (2000), o filósofo grego Aristóteles (384 a.C - 322 a.C) afirma que os seres humanos são, incondicionalmente, animais cívicos. O que isso quer dizer? Nós humanos optamos pela vida em sociedade: as famílias, as aldeias, as cidades etc., constituiriam diferentes formas de “comunidades” ou “sociedades”. De uma reunião de famílias surge uma aldeia, de uma reunião de aldeias surge uma cidade. Cada uma dessas unidades sociais (a família, a aldeia e a cidade) comportaria, no entender de Aristóteles, diferentes formas de organização e “institucionalização” das relações sociais, isto é, diferentes “formas de governo”. Outros animais também vivem em sociedade, mas apenas os seres humanos criaram a política (*zoon politikon*), apenas nós criamos Estados, formas de governo essencialmente políticas (ARISTÓTELES, 2000).

Para Aristóteles, enquanto totalidade, o Estado nada mais é do que a universalidade dos cidadãos que ele compõe e representa. Entende-se por cidadão aquele indivíduo que tem o direito e o dever de participar do exercício do poder público/político. Nas Repúblicas democráticas, o que une a cidade e o cidadão é a lei: expressão maior do interesse comum, que possibilita ao cidadão, nas palavras de Aristóteles: “viver bem”, “viver feliz”. Haveria, conforme argumenta o filósofo, uma imanente virtude nas formas republicanas e democráticas de organização da vida política. Nos regimes políticos republicanos e democráticos, a igualdade e a liberdade são princípios fundamentais. Todos os cidadãos podem e devem mandar e obedecer: “Esta igualdade na alternância do mando e da obediência é o primeiro atributo da liberdade que os democratas colocam como fundamento e como fim da democracia” (ARISTÓTELES, 2000, pp. 121-122).

Tal como argumenta Hannah Arendt, a expressão grega utilizada por Aristóteles, *zoon politikon*, foi traduzida equivocadamente em sua versão romana (latim) como *animal socialis*, em certo sentido, equiparando as ideias de “social” e de “político”. Na Antiguidade Clássica, nas cidades-estados gregas, diferenciavam-se duas instâncias sociais fundamentais: a familiar, tida como uma forma de associação elementar (natural), representada pelo espaço privado da casa (*oikia*); e as formas de associação propriamente políticas (cidadãs), tidas como pertencentes ao âmbito da vida pública (comum), representadas pelos espaços públicos (*ágora*): “O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*” (ARENDR, 2007, p. 33).

A palavra política deriva, em praticamente todos os idiomas europeus, de um fenômeno empírico concreto e historicamente datado, a *polis* grega. Conforme a interpretação de Hannah Arendt, Aristóteles nunca disse em sua obra que todos os homens, por serem humanos, são políticos. Nem que existiria política, ou seja, uma *polis*, em todos os lugares onde os humanos vivessem em sociedade. Para Aristóteles, a organização da *polis* era a forma mais elevada de convívio da humanidade, nesse sentido, a política “não é, de maneira nenhuma, algo natural e não se encontra, de modo algum, em toda parte onde os homens convivem” (ARENDR, 2002, p. 17).

Conforme nos lembra o historiador de cidades Lewis Mumford, por volta do século V a.C., no centro da cidade de Atenas se estabelece a *ágora*, a base da cidadela, um ponto de encontro fundamental para todos que queriam (e podiam) participar da vida pública, se informar acerca das novidades que circulavam pela cidade, praticar o comércio e, o mais importante, conversar sobre temas diversos, especialmente sobre política. A maior parte das atividades realizadas pelos gregos era feita ao ar livre e, na *ágora*, funções econômicas, sociais, culturais e políticas se mesclavam formando um espaço privilegiado para o estabelecimento de encontros, a partir dos quais as necessidades e interesses individuais e coletivos poderiam ser satisfeitos: a *ágora* é, pois, o centro dinâmico da cidade grega, tratava-se de um lugar onde eram realizadas as assembleias, onde era praticado o comércio, onde se realizavam eventos públicos, atividades de lazer como jogos e onde se praticava a mais importante atividade política de então: a “conversa falada”, que só era possível à luz dos encontros face a face ali realizados: “Antes de mais nada, a *ágora* é um espaço aberto de propriedade pública, que pode ser ocupado por atividades públicas” (MUMFORD, 1982, p. 167).

Na *ágora* grega, onde a liberdade/diversidade/igualdade se reúne, conforme dito anteriormente, a conversa e o debate são as principais formas de interação, apesar de não serem as únicas. É a partir da exposição oral de ideias, do debate racional, do discurso lógico, que se tornam claros os conflitos de interesse: “O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força e violência” (ARENDDT, 2007, p. 35). Neste exercício cotidiano de argumentação, torna-se imperioso dar voz aos mais diferentes pontos de vista. Aprende-se a valorizar a diversidade de opiniões, a “realidade” é decomposta em várias “camadas”. O “persuadir-um-ao-outro” e o “convencer-um-ao-outro” só ganham sentido se o direito de se expressar livremente for garantido a todos. Na tradição grega, essa liberdade era espacialmente delimitada: os muros da cidade, da *polis*, da *ágora*, definiam as fronteiras. Fora dos limites da *polis* não se poderia ser livre, não se poderia ser cidadão, não se poderia ser um humano político. “Com isso, o espaço livre da coisa política apresenta-se como uma ilha, na qual o princípio da força e da coação é eliminado das relações dos homens” (ARENDDT, 2002, p. 41).

Em seu auge, segundo descreve Lewis Mumford (1982, p. 171), mais ou menos por volta do século V a.C, Atenas contava com uma população considerada enorme para os padrões da época: 40.000 cidadãos com direito pleno à atividade política (apenas homens e nascidos na Grécia); cerca de 150.000 pessoas consideradas livres (mulheres, “metecos” e crianças) e cerca de 100.000 escravos. Apenas 1/7 da população total tinha, portanto, o status de cidadão. Quanto mais a população crescia, mais complexa se tornava a divisão social e espacial do trabalho e, mesmo com seu limitado número de cidadãos “legítimos”, mais robusta se tornava a democracia participativa grega. Com o passar do tempo, porém, o crescimento das cadeias econômicas e políticas dessas cidades tornou claras as limitações da democracia participativa. A expansão demográfica, apesar de não ser o único, foi um dos maiores desafios enfrentados pela democracia à época: “Provavelmente, o maior fracasso político dessas cidades gregas foi a sua incapacidade de passar da democracia direta para o governo representativo” (MUMFORD, 1982, p. 174).

O “amadurecimento” dos espaços públicos: os cafés/salões, a imprensa, a esfera pública burguesa e o advento das democracias representativas nas sociedades de massa das cidades modernas

Para o filósofo Jürgen Habermas (*Mudança Estrutural da Esfera Pública*, 1962), durante toda a Idade Média, simplesmente não existia uma distinção clara entre aquilo que hoje chamamos de “vida pública” e “vida privada”. Após o Renascimento, essa antítese começa novamente a ganhar importância na civilização ocidental. A partir de determinado momento, as monarquias absolutistas

européias se converteram em instituições “públicas”. Sociedade e Estado começam de fato a se separar. Por volta da metade do século XVI, já se registra a utilização da palavra privado (em alemão *privat*, em inglês *private*, em francês *privé*), que significa estar privado ou excluído do aparelho de Estado. Na França, na Inglaterra e na Alemanha de finais do século XVIII, uma nova expressão começa aos poucos a ser introduzida no vocabulário cotidiano: a *publicidade* (*publicité*, *publicity*), palavra que tem origem grega e nos foi transmitida em sua versão romana (latim) referindo-se ao caráter público dos regimes políticos. “Só então é que, num sentido especificamente moderno, separam-se esfera pública e esfera privada” (HABERMAS, 1984, p. 24).

Entre os séculos XVI e XVIII, se desenvolve na Europa um novo sistema de trocas de mercadorias e informações, impulsionado pelo crescimento das atividades comerciais em nível global. As maiores cidades e capitais europeias se consolidam como importantes pontos de comunicação, novos mercados e cadeias de interdependência econômica se formam. Os sistemas de comunicação e de trocas de informações experimentam uma nova fase de desenvolvimento: surgem as bolsas de valores, o correio e a imprensa. A partir do século XVI, o Estado, ainda em sua vertente absolutista, se converte em uma instituição burocrática de administração financeira e militar permanente, em outras palavras, se transforma em uma instituição “pública”: “Neste sentido estrito, ‘público’ torna-se sinônimo de estatal” (HABERMAS, 1984, pp. 31-32).

Nas principais cidades da Inglaterra e França dos séculos XVII e XVIII, por exemplo, concentra-se a maior parte das instituições da vida econômica, cultural, política e social dessas nações. Nesse contexto de “renascimento” da vida cidadina, surgem novos estabelecimentos urbanos que, a despeito de sua diversidade, cumprem as mesmas funções nesses países: os famosos *cafés* e *salões*, que se multiplicavam em finais do século XVII e início do século XVIII e constituíam o centro de uma crítica inicialmente literária que, aos poucos, se converteu em crítica política. Na França e na Inglaterra, nos *cafés* e nos *salões*, um público “diverso” se reunia regularmente para conversar sobre as novidades literárias que circulavam pela Europa, constituindo-se em um público cativo, ávido por novidades de diferentes tipos: artes, literatura, música, pintura etc. (HABERMAS, 1984, p. 54).

Nesses novos estabelecimentos, especialmente nos *cafés* e *salões*, mas também nos museus, bibliotecas, teatros, salas de concertos, etc., onde pessoas “leigas” se reúnem para debater temas diversos., à luz da interação social de todos ali reunidos enquanto público, da conversa e do debate lógico, coerente, racional, esse público “leigo” internaliza uma série de critérios de julgamento acerca de temas diversos, sem que tenha, necessariamente, competência prévia para tal, isto é, uma formação específica em determinada área ou setor que se esteja “julgando”. Uma série de equipamentos e atividades que antes só existiam ou eram praticadas nas cortes começa a ganhar aos poucos um “caráter público”. Os teatros de “corte”, os concertos musicais e os museus de artes, por exemplo, transformaram-se em locais de acesso “público”, apesar de serem espetáculos pagos, onde as classes burguesas e aristocráticas compunham um público mais amplo e “diverso”. “Como o concerto e o teatro, os museus institucionalizaram o julgamento leigo sobre a arte: a discussão torna-se um meio de sua apropriação” (HABERMAS, 1984, p. 56).

Por volta do século XVIII, na Inglaterra, uma esfera pública politicamente ativa começa, aos poucos, a ganhar contornos mais nítidos. As camadas burguesas almejam poder de influência em âmbito político, querem participar das instâncias de decisão do Estado e, para tal, precisam legitimar-se ante o público pensante que se reúne nos novos “fóruns públicos” como, por exemplo, nos fóruns literários. Segundo Habermas, uma esfera pública politicamente ativa surgiu primeiro na Inglaterra, onde o mercantilismo e o capitalismo se desenvolveram de maneira mais contundente. Três eventos merecem destaque nesse processo: a criação do Banco da Inglaterra e das bolsas de valores, que anunciam uma nova fase do regime capitalista; criam-se as primeiras instituições permanentes da

imprensa, que “aposentaram” o instituto da censura prévia; e forma-se o primeiro governo de gabinetes da Europa, um importante passo rumo à “parlamentarização” do poder estatal que estaria por vir (HABERMAS, 1984, pp. 75-85).

Com o amadurecimento das instituições de imprensa e do “fim” da censura na Inglaterra, um jornalismo autônomo começa a se desenvolver e uma *opinião pública* pode agora se opor ao Estado. “Essa opinião pública foi orientada por um novo fator: pela fundação de um jornalismo autônomo, que sabia se afirmar contra o governo e que levou a um status normal o comentário crítico e a aberta oposição contra o governo” (Habermas, 1984, p. 78). Em 1792, pela primeira vez, fala-se em *public opinion*, em substituição a “*sense of the people*” ou “*common opinion*”. Opinião pública, a partir de então, é aquela opinião que tem por base as discussões públicas, ela é formulada com base na disputa de argumentos, do embate de ideias, convergentes e divergentes. O público pensante, devidamente informado, fundamenta sua opinião no debate racional, tornando-se apto a exercer uma função crítica (pública) (HABERMAS, 1984, p. 85).

Em diversos países do Ocidente, o século XIX foi um período marcado pela consolidação do papel dos Estados-nação na organização/gestão das sociedades. A “socialização do Estado” foi acompanhada por uma equivalente “estatização da sociedade”, uma ampliação do poder estatal que, aos poucos, conforme argumenta Habermas, destruiu uma das bases da esfera pública burguesa: a divisão entre Estado e sociedade civil. Houve uma mudança estrutural da relação entre a esfera pública e a esfera privada, em outras palavras, uma alteração da função política da esfera pública. Os Estados tornam-se cada vez mais poderosos, a administração pública converte-se em um aparato burocrático “necessário” à organização/gestão da sociedade civil, do conjunto de pessoas privadas reunidas publicamente. Esse crescimento das funções estatais que as sociedades de massa experimentaram nessa fase de desenvolvimento do sistema capitalista não significou, todavia, que a classe trabalhadora tivesse definitivamente sido admitida à esfera pública. O conflito de interesses no interior do Estado tornou-se claro, o bem comum se fragmentou, a classe trabalhadora e a classe burguesa constituem agora diferentes “setores” da sociedade civil (HABERMAS, 1984, p. 169-176).

A difusão dos novos meios de comunicação de massa possibilitou uma significativa expansão da esfera pública. Não obstante, quando interesses privados “colonizaram” a função pública dos jornais e revistas, ou seja, quando a publicidade comercial ganhou importância frente a função pública da circulação de informações de interesse geral, a imprensa se transformou em mais um ativo do intercâmbio de mercadorias, isto é, foi mercantilizada. Aquela publicidade que emanava de uma esfera pública politizada foi substituída por uma publicidade comercial: “as funções tradicionais da esfera pública são integradas à concorrência de interesses privados organizados. Grosso modo, a publicidade se limitava aos anúncios” (HABERMAS, 1984, p. 227).

Nas democracias representativas, de massa, a publicidade crítica cedeu lugar à “publicidade” manipulativa. Sem debates de fato públicos não há esfera pública politicamente ativa. Em uma esfera pública dominada pela publicidade manipulativa, as opiniões formuladas são quase-públicas, pois, elas não foram submetidas ao crivo de um público genuinamente crítico e, mais importante ainda, um público verdadeiramente diverso. A opinião pública deixa de ser (se é que algum dia já foi) publicamente concebida para ser “publicamente” manifesta. Trata-se, portanto, conforme argumenta Jürgen Habermas, de um processo de “decadência” da esfera pública burguesa (HABERMAS, 1984, pp. 283-290).

Em sentido próximo, porém, à luz de uma reflexão que leva em consideração outros elementos do processo de constituição da modernidade, a filósofa Hannah Arendt (2007) afirma que as sociedades de massa e, mais especificamente, as metrópoles modernas, fizeram surgir aos olhos do Ocidente uma nova esfera, que difere sobremaneira daquela antiga divisão nascida nas cidades-

estados da Antiguidade Clássica e reinterpretadas nos primórdios da modernidade: a divisão entre uma esfera de vida privada (os espaços privados) e uma esfera de vida pública (os espaços públicos). Trata-se, pois, da ascensão da *esfera social*, uma espécie de *híbrido* entre as ideias de público e privado (ARENDR, 2007).

Para Hannah Arendt, a marca fundamental da grande metrópole moderna, à luz do paradigma dos Estados-nação, é a interpenetração da vida pública sobre a vida privada e, simultaneamente, da vida privada sobre a vida pública, um fenômeno relativamente novo que rompe completamente com o pensamento político grego. No mundo moderno, portanto, as esferas social e política se confundem, aquilo que Arendt chamou de a *ascendência da sociedade*, uma elevação do espaço privado da casa e das atividades econômicas ao nível público e vice versa: “esfera cuidadosamente híbrida que chamamos de sociedade, na qual os interesses privados assumem importância pública” (ARENDR, 2007, pp. 44-45).

Trata-se, pois, da promoção do social: “A ascensão da sociedade trouxe consigo o declínio simultâneo das esferas público e privada” (ARENDR, 2007, p. 269). No mundo moderno, aquela atividade humana fundamental que Arendt chamou de *ação* (o mundo comum que liga os humanos uns aos outros e onde todos agem livremente de maneira espontânea), foi substituída pelo *comportamento*, um tipo de código de conduta padronizado: a espontaneidade e a liberdade da ação, cedem lugar à passividade do comportamento padrão. Nessas sociedades de massas, todos os diferentes grupos sociais parecem ter sido absorvidos em uma mesma e única sociedade: “com o surgimento da sociedade de massas a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade” (ARENDR, 2007, p. 51).

“Regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos: as praças residenciais, a segregação socioespacial, o capitalismo industrial e a privatização das cidades modernas

Para o historiador estadunidense Richard Sennett, em seu mais conhecido e controverso livro (*O Declínio do Homem Público, as tiranias intimidade* (1989 [1974])), a história da modernidade pode ser lida como a narrativa de uma perda: a “decadência” da vida pública, da esfera pública, do homem público, do comportamento público e dos espaços públicos. As cidades modernas, ou melhor, as grandes metrópoles capitalistas, são vistas como cenários de uma nova ordem social, privativa e intimista, que seria característica das sociedades de grandes massas urbanas. A partir de uma análise sociológica e histórica do “comportamento público” (discursos, vestimentas, gestos, ações, modos de pensar, significações, práticas, hábitos cotidianos etc.), Sennett nos conduz à sua tese, que ele chamou de “o declínio do homem público” (SENNETT, 1989).

Segundo argumenta Lewis Mumford, durante os séculos XVII e XVIII, a influência das cortes aristocráticas sobre as cidades era de tal modo preponderante que, durante mais de dois séculos, aquilo que os urbanistas chamam de “planejamento barroco” constituiu a mais importante fonte de inspiração no processo de “modernização” das grandes cidades e capitais europeias. “A corte barroca teve direta influência sobre a cidade em quase todos os aspectos da vida: é mesmo a mãe de muitas novas instituições que a democracia mais tarde reclamou como suas” (MUMFORD, 1982, p. 409). A influência desse modelo de urbanismo culminou com uma importante transformação da estrutura urbana: uma lenta separação entre o espaço privado da casa e o local de trabalho, que dividiu as funções de habitação, produção, comércio, lazer e consumo em diferentes partes da cidade e, portanto, em diferentes conjuntos de edificações. A esta divisão soma-se outra, aquela que opõe o espaço privado da casa ao espaço público das ruas, praças, calçadas, parques etc. Produção,

consumo, habitação e vida pública ocupam, portanto, a partir de então, diferentes espaços na cidade, revelando certo “balanceamento” entre essas quatro dimensões da vida urbana (MUMFORD, 1982).

Para Lewis Mumford, uma das mais importantes transformações que o planejamento barroco trouxe para as cidades modernas foi a introdução do conceito de praça residencial. Aquelas antigas praças abertas, características das cidades da Idade Média e da Renascença, não desapareceram por completo, mas a praça que é utilizada com fins propriamente residenciais, por grupos sociais relativamente homogêneos, constitui uma novidade dos novos tempos, ou melhor, dos tempos modernos. Se antes os ricos e pobres se distribuíam de maneira relativamente heterogênea pelos diversos setores da cidade e utilizavam os mesmos espaços citadinos; a partir de 1600, em Londres, um novo tipo de estrutura socioespacial (urbana) se estabeleceu, trazendo consigo as novas praças: um grande espaço aberto que é cercado prioritariamente por edificações destinadas à função residencial, uma praça que seria utilizada majoritariamente por aquelas pessoas que residem nas suas proximidades (MUMFORD, 1982, p. 428).

Segundo a interpretação de Richard Sennett, apenas no século XIX que os efeitos do capitalismo industrial se tornaram mais evidentes nas grandes cidades do mundo ocidental. Uma nova explosão demográfica aconteceu nas grandes cidades europeias, especialmente nas capitais. O comércio e o consumo experimentam novas fases de expansão, impulsionados pelo crescimento populacional das cidades. Surge uma nova forma de comércio varejista, a loja de departamento, que concentra uma enorme quantidade de produtos e bens de consumo em um só lugar, homogeneizando os padrões de consumo das crescentes massas urbanas e “substituindo” as feiras livres e as pequenas lojas especializadas na preferência de parte significativa das pessoas: “Nesta nova forma de varejo, emergiam todas as complexidades e problemas da vida pública no século XIX; esse comércio era um paradigma para as transformações que ocorreriam no domínio público” (SENNETT, 1989, p. 167).

O século XIX é marcado também por um novo paradigma na estrutura física e social das cidades, uma nova forma de organização do espaço urbano que modificou sobremaneira a vida pública no Ocidente. A distribuição das diferentes classes e grupos sociais no espaço físico das cidades foi alterada: se antes essa distribuição era feita de maneira relativamente “heterogênea”, misturando em uma mesma área componentes de diferentes estratos sociais; a partir desse momento, valoriza-se a ideia de homogeneidade socioeconômica da vizinhança imediata, ou seja, as construções e reformas das edificações eram realizadas para que pudessem abrigar parcelas pré-determinadas da população, leia-se, classes ou grupos sociais específicos. “Uma ecologia de *quartiers* como uma ecologia de classes: esta era a nova muralha que Haussmann erigia entre os cidadãos urbanos, assim como em torno da própria cidade” (SENNETT, 1989, p. 171).

Essa reordenamento socioespacial foi um processo que ocorreu em diversas cidades do mundo ocidental ao longo do século XIX e início do século XX, uma reorganização espacial das classes e grupos sociais nas cidades que criou os bairros homogêneos e alterou também a experiência da vida pública. Apesar das grandes cidades e capitais transformarem-se em centros urbanos cada vez maiores, populosos e heterogêneos nesse momento, a experiência da vida pública se encontrava cada mais segmentada. Para a alta burguesia, isso significava que a vida fora dos espaços residenciais homogêneos representava a possibilidade de uma experiência pública verdadeiramente cosmopolita, que propiciava encontros com grupos diversos, tanto no ambiente de trabalho, quanto nos momentos de lazer e entretenimento. A maior parte da classe trabalhadora, porém, não gozava do privilégio de circular por diferentes partes das cidades. Para os trabalhadores urbanos menos afortunados, a circulação na cidade, fora do ambiente de trabalho, era feita principalmente com o objetivo de fazer compras: “O cosmopolitismo - enquanto a experiência da

diversidade na cidade - passou, portanto, para a experiência das classes trabalhadoras enquanto uma experiência de consumo” (SENNETT, 1989, p. 174).

Nas grandes metrópoles modernas, um “desequilíbrio” entre vida pública e vida privada se estabeleceu, houve uma superposição do imaginário privado sobre o imaginário público. Nos espaços públicos abertos (ruas, calçadas, praças, parques, passeios públicos, alamedas etc.) dos grandes centros urbanos europeus, como Paris e Londres, por exemplo, após a segunda metade do século XIX, estabelece-se um novo padrão de conduta “público”. Esse novo código comportamental é baseado na crença de que, “em público”, todos os cidadãos têm o direito de permanecerem calados, de não serem incomodados por outras pessoas, ou seja, de terem sua “privacidade” preservada: “O silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado” (SENNETT, 1989, p. 43). Em conjunto, essas e outras transformações foram interpretadas por Richard Sennett como algumas das responsáveis pelo “declínio do homem público” e a “morte” dos espaços públicos (SENNETT, 1989).

Espaços públicos e as metrópoles modernas: o urbanismo barroco, as intervenções urbanas, o flâneur, o funcionalismo modernista e o triunfo da priva(cidade)

Como bem notou Marshall Berman, a modernidade, com todos os seus triunfos e contradições, é um fenômeno essencialmente urbano. A história da modernidade e a história da cidade, a partir de determinado momento, se confundem, compondo uma mesma trama. A modernidade, definitivamente, não inventou a cidade; mas não há como deixar de admitir um fato: após o advento da modernidade, a cidade nunca mais foi e nem será a mesma. Não estamos dizendo com isso que as cidades do passado foram melhores ou piores que as cidades modernas, nem mesmo que as cidades do futuro serão melhores ou piores que as cidades de agora ou de tempos pretéritos. Em um mundo cada vez mais urbano, afirma Berman: entender as cidades é entender o mundo e a nós mesmos (BERMAN, 1989).

Tal como argumenta Anthony Giddens, o termo modernidade se refere, à luz de um ponto de vista sociológico, a um tipo particular de estilo ou modo de vida que associamos a um período histórico, uma forma de organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e que nos séculos seguintes tornou-se relativamente global, ao menos no que se refere à sua influência. As revoluções industrial, americana e francesa, marcos fundamentais da Idade Moderna, certamente exerceram um impacto sem paralelo nas formas de organização do mundo ocidental. As novas estruturas sociais, políticas e econômicas subjacentes a esses eventos alteraram profundamente o funcionamento dessas civilizações. O modo de vida moderno, afirma Giddens, nos afastou quase que por completo dos tipos tradicionais de ordem social e essas transformações foram muito mais profundas do que aquelas que ocorreram em tempos pretéritos. A chegada dos tempos modernos, porém, não foi marcada apenas pelas descontinuidades em relação às ordens sociais anteriores, há também algumas continuidades e, talvez, um dos exemplos mais emblemáticos seja o desta forma de organização socioespacial, hoje globalmente difundida, que chamamos de cidade (GIDDENS, 1991).

Como bem descreve o historiador de cidades Leonardo Benevolo, durante todo o século XIX, importantes capitais europeias, primeiramente Londres e posteriormente Paris e Berlin, passaram por importantes “explosões demográficas”. A população, até então majoritariamente rural, começa aos poucos a se dirigir para as maiores cidades, onde grande parte das indústrias e do comércio estavam localizados. O resultado não poderia ser diferente: as cidades, sobretudo as capitais e as cidades industriais, em função do crescimento desordenado e da inexistência de políticas públicas

adequadas, começaram a se degradar rapidamente. A intensa poluição do ambiente físico dessas cidades, as precárias condições sanitárias a que eram submetidos os trabalhadores urbanos nos bairros operários insalubres, a pobreza e desigualdade extremas, a proliferação de terríveis epidemias como a cólera etc.; fizeram surgir, principalmente em finais do século XIX, preocupações de ordem sanitária, fundamentadas na ideia de que as precárias condições físicas e ambientais dessas cidades seriam as responsáveis por produzir a degeneração urbana, afetando assim a saúde e a vida dos seus habitantes (BENEVOLO, 1983).

Conforme argumenta a historiadora francesa Françoise Choay, para se adequar aos "tempos modernos", principalmente entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, diversas cidades ao redor do mundo passaram por grandiosos, conturbados e amplamente criticados processos de "modernização" (renovação urbana), que transformaram sensivelmente o espaço físico e o modo de vida nessas cidades. Talvez uma das mais importantes e conhecidas intervenções urbanísticas promovidas nos tempos modernos tenha sido a experiência ocorrida na capital francesa na segunda metade do século XIX, antes mesmo de uma difusão mais ampla da noção de urbanismo ou de planejamento urbano. Esta espécie de "planejamento regularizador" que foi operada pelo barão Haussmann na reforma da Paris napoleônica, consistiu em realidade em um projeto de "modernização" e "embelezamento" daquela cidade. De maneira geral, tais reformas, nas palavras de Choay, fizeram da cidade inteira um "sistema de comunicações" (CHOAY, 1999).

A construção de uma rede hierarquizada de vias que interligava os diversos bairros da capital francesa fez com que houvesse uma maior comunicabilidade entre os diversos setores da cidade, que passaram a se integrar também às linhas férreas e às estações de trem. Estas últimas funcionavam a partir de então como "portas urbanas", que ligavam a cidade ao resto do território nacional. Esta reforma aumentou a escala da cidade consideravelmente com base em "operações cirúrgicas" como "aberturas", "alargamentos" e "transplantes" que integraram todos os espaços livres que existiam tanto no interior quanto no exterior da barreira *Fermiers Généraux*. Toda a cidade passou a contar com um "equipamento higiênico" composto de redes técnicas isomorfas e um sistema respiratório de espaços verdes. Segundo Choay, o alargamento da escala das vias, das parcelas e dos edifícios transformou enormemente o quadro das relações sociais de proximidade, características das cidades pré-industriais. Esta "nova" forma urbana possibilitou o que poderíamos chamar de uma redefinição das formas de convivialidade dos indivíduos e grupos daquela cidade (CHOAY, 1999).

Refletindo acerca dos poemas de Charles Baudelaire sobre as ruas da Paris moderna, Walter Benjamin afirma que Paris foi a capital do século XIX. Impulsionadas pela expansão das cadeias produtivas urbanas, em especial o comércio e a indústria, começaram a se multiplicar pela capital francesa nas primeiras décadas do século XIX as famosas galerias de arte, que nas próximas décadas consolidaria Paris como a capital global do luxo e da moda. Nesta Paris do apogeu do império, surge um famoso personagem urbano a quem Walter Benjamin chama de *flâneur*: o transeunte por excelência da cidade moderna. O barão Haussmann, que se autodenominava um "artiste démolisseur" (artista demolidor), e seu *embellissement stratégique* (embelezamento estratégico), foi um dos maiores responsáveis por conferir uma "feição moderna" à capital francesa. As polêmicas e amplamente criticadas intervenções urbanísticas promovidas por Haussmann criaram o cenário de uma nova experiência urbana. Para Walter Benjamin, o novo padrão urbanístico fez de Paris uma cidade ainda mais cosmopolita, onde os parisienses não se sentiam mais em "casa": "(...) começa-se a tomar consciência do caráter desumano da grande metrópole" (BENJAMIN, 1985, pp. 41-42).

A grande novidade da reforma de Paris em relação às intervenções urbanísticas anteriores foi a sua escala de ação. O autoritário barão Haussmann pensava a cidade como um todo e não em fragmentos, "(...) ele mudou a cidade em atacado, e não no varejo" (HARVEY, 2011, p. 138). A exemplo do que ocorreu em Paris durante a segunda metade do século XIX, outras importantes cidades do mundo ocidental também passaram por criticados processos de "modernização" e remodelação de seu espaço urbano, sobretudo, de seus velhos centros. Esse é o caso, por exemplo, do plano de Barcelona idealizado por Cerdá em 1859, que interligou o centro histórico da capital catalã à malha urbana do resto do território espanhol; e do plano de Viena, na Áustria, proposto por Otto Wagner em 1893, que transformou sensivelmente o espaço urbano daquela cidade (CHOAY, 1999).

Em todos esses exemplos, conforme argumenta David Harvey, as conhecidas "premissas" da renovação urbana foram respeitadas: para a realização das obras, ou seja, para que as antigas estruturas urbanas fossem substituídas pelas modernas instalações, grandes áreas consideradas "insalubres", "degradadas" e "irrecuperáveis", principalmente em áreas centrais, foram inteiramente demolidas e seus residentes, em geral operários e trabalhadores urbanos menos afortunados, foram removidos e expulsos para as áreas periféricas recém-formadas, denunciando, em muitos casos, o caráter elitista e violento dessas intervenções (HARVEY, 2011).

Semelhantemente ao que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, a "onda modernizadora" atingiu também as nossas cidades. O processo de renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, que teve início na primeira década do século XX, representa para esta cidade um momento de profundas rupturas. Tal como argumenta o geógrafo Maurício de Abreu, durante um curtíssimo período, o então prefeito da cidade Francisco Pereira Passos, aquele que alguns chamam de o "Haussmann Tropical", promoveu uma das maiores transformações já verificadas no espaço urbano do Rio de Janeiro, então capital da República, com o objetivo de "embelezar" e "sanear" a cidade (ABREU, 1997).

Dentre as principais intervenções urbanísticas realizadas, estavam a abertura de várias ruas e avenidas e o alargamento de grande número de vias expressas, que objetivavam empreender uma melhoria na circulação e na acessibilidade de veículos e pessoas no centro da cidade; a padronização do recuo progressivo dos edifícios; a uniformização dos planos de alinhamento das ruas, que passaram a contar também com um novo sistema de numeração etc. Para tal, alguns pequenos morros foram arrasados e postos abaixo, grandes áreas foram aterradas e uma série de casas, edifícios e cortiços foram desapropriados e demolidos, sobretudo, nos quarteirões operários que circundavam o centro da cidade. Além disso, Pereira Passos determinou ainda o uso de calçamento asfáltico na maior parte das principais vias expressas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo, fato até então inédito no país, fazendo pouco ou quase nada nas nascentes favelas, subúrbios e regiões periféricas que se formavam paralelos às linhas férreas (ABREU, 1997).

É esse contexto de amplas mudanças em cidades de todo o mundo, que culminou com o surgimento das grandes metrópoles capitalistas modernas, que o filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel, inspirado na Berlin da segunda metade do século XIX, descreveu em seu clássico texto *A Metrópole e a Vida Mental*, originalmente publicado em 1903. Para Georg Simmel, a cidade moderna possui um ritmo de vida muito diferente daquele encontrado em uma cidade pequena ou em uma área rural. A multiplicidade de pessoas, com interesses tão diferenciados, convivendo em um ambiente altamente complexo que é a cidade, criaria condições psicológicas especiais. Segundo esse autor, para se viver em uma metrópole, devemos desenvolver aquilo que ele chamou de "*atitude blasé*". Esta deve ser entendida como uma forma de autopreservação, um tipo de reserva dos diferentes estímulos propiciados pelo ritmo de vida metropolitano. Essa marcha contínua rumo ao processo de "individualização" seria, para Simmel, um produto da complexificação da divisão social

do trabalho, uma necessidade intrínseca ao modo de vida moderno que, certamente, afetava também a dimensão política e pública da vida em sociedade. O homem moderno que vive nas grandes metrópoles seria, segundo esse argumento, mais “individualista” do que aqueles que viviam em tempos pretéritos ou mesmo em cidades pequenas e áreas rurais (SIMMEL, 1973, pp. 17-18).

Tal como argumentava Guy-Ernest Debord, fundador da Internacional Situacionista, movimento de artistas e intelectuais que criticava duramente a arquitetura e o urbanismo funcionalista modernista, era nas cidades que os problemas e contradições inerentes às sociedades capitalistas eram mais evidentes, e o urbanismo, sobretudo sob influência do funcionalismo modernista, exercia um papel importante nesse processo. Foi principalmente na Europa do pós-guerra que a construção massiva de conjuntos habitacionais modernistas se difundiu de forma mais ampla, pois as cidades europeias precisavam ser reconstruídas rapidamente, tendo em vista o enorme déficit habitacional existente em alguns países. A devastação provocada pela segunda grande guerra possibilitou então que a Carta de Atenas (1933) se tornasse uma doutrina a ser seguida em larga escala na reconstrução de inúmeras cidades (BERENSTEIN, 2003; DEBORD, 1997).

Nos Estados Unidos, particularmente, a influência desse modelo foi clara no processo de constituição dos subúrbios e de implementação do rodoviarismo, que se generalizaram por todo país. Diferentemente do que ocorrera anteriormente, a unidade básica do traçado urbano não era mais a rua e sim a quadra ou a superquadra. A aglomeração de pessoas nas ruas, calçadas e praças era vista como algo ruim e os bons planejadores deveriam privilegiar as noções de isolamento e privacidade, exatamente como ocorre em qualquer subúrbio estadunidense. Para Jacobs, esse é, essencialmente, um planejamento “anticidade”, onde a rua e a calçada são vistas como ruins para a preservação da privacidade das pessoas e onde as casas devem se voltar para dentro, evitando os “olhos da rua”. A cidade utópica proposta por Le Corbusier, a *Cidade Radieuse*, uma espécie de cidade-jardim verticalizada, não era apenas uma forma física, era também uma utopia social, cuja premissa primordial era a ideia de liberdade individual máxima. As ideias de Le Corbusier foram amplamente criticadas por diversos teóricos das cidades, porém, aclamadas por inúmeros arquitetos e urbanistas, sendo assimiladas em muitos projetos urbanísticos nos Estados Unidos e em boa parte do Ocidente, incluindo aí o Brasil (JACOBS, 2000).

Não é por acaso que, a partir do final da década de 1940, diversos movimentos contrários ao urbanismo modernista funcionalista surgiram, criticando ferrenhamente a “homogeneidade”, a “racionalidade” e a “funcionalidade” modernas e propondo em seu lugar as ideias de “heterogeneidade”, “multifuncionalidade” e “diversidade”, uma espécie de volta à pequena escala. Conforme argumenta o geógrafo britânico David Harvey, a expressão maior do fracasso do ideário da arquitetura e do urbanismo modernistas ocorreu em 1972, quando o conjunto habitacional Pruitt-Igoe foi inteiramente demolido em Saint Louis, no Estado do Missouri, nos Estados Unidos. Em função de uma série de problemas, cerca de 20 anos depois de sua construção, o conjunto habitacional encontrava-se em avançado estágio de degradação, o que acabou estigmatizando o bairro negativamente, levando boa parte de sua população a abandoná-lo. Em 1972, já quase sem moradores, o conjunto habitacional foi inteiramente demolido, segundo David Harvey, afundando de vez o movimento modernista na arquitetura e no urbanismo e abrindo o caminho para novas possibilidades (HARVEY, 2003).

Considerações finais

Essa narrativa regressiva dos espaços públicos, que apresentamos e comentamos brevemente no presente artigo, tornou-se muito influente na literatura especializada. Ela parece nortear a maioria

dos trabalhos que faz apelo às ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” para refletir sobre o tema dos espaços públicos na atualidade. Tal qual argumentamos em outra oportunidade, essa perspectiva tornou-se particularmente hegemônica após a década de 1990, quando a discussão que se fez sobre o advento da pós-modernidade e das cidades pós-modernas se associou à assim chamada tese do fim dos espaços públicos, que advogava a hipótese de que os espaços públicos das cidades contemporâneas estariam perdendo a importância de outrora. Concebendo Los Angeles como o paradigma citadino dos novos tempos, pós-modernos, autores de todo o mundo passaram a escrever sobre os espaços públicos.

Diga-se de passagem, não foram poucos os que se apressaram para decretar o “fim” dos espaços públicos, não apenas nos Estados Unidos, mas em diversas partes do mundo capitalista pós-industrial. Trata-se, pois, nesse sentido, conforme demonstramos no presente artigo, de uma espécie de continuidade interpretativa dessa verdadeira *narrativa regressiva* aqui apresentada. Dada a diversidade de perspectivas viabilizada pelo crescente número de autores e autoras que, nas últimas décadas, passaram a refletir sobre os espaços públicos, novas abordagens, teorias e métodos, em certo sentido, parecem contrapor alguns dos elementos que corroboram algumas interpretações dominantes. Sem desconsiderar esse ponto de vista, é importante reconhecermos que existem outras possibilidades interpretativas, que apresentaremos brevemente nos próximos parágrafos, à luz do olhar de outros estudos pioneiros.

Eu gostaria de começar propondo um questionamento que é relativamente usual na bibliografia especializada, porém, sempre pertinente, pois, se refere aos clássicos estudos de Hannah Arendt (1958) e Jürgen Habermas (1962), certamente, dois dos mais importantes livros já escritos em se tratando do tema dos espaços públicos. Essa crítica diz respeito à conhecida idealização/romantização que, tanto Arendt quanto Habermas, promovem ao defender o argumento de que a modernidade teria sido uma espécie de “corruptora” da “vida pública”, da “esfera pública” e dos “espaços públicos”. Para construir uma narrativa evolutiva linear de “erosão” da função política dos espaços públicos, ambos os autores supõem que, em algum período da história, teria havido um lugar no qual existiu uma espécie de “tipo-ideal” da vida pública, que teria se perdido ao longo do tempo. Enquanto Hannah Arendt parece idealizar a *ágora* da *polis* grega na Antiguidade Clássica, Jürgen Habermas parece romantizar os cafés, pubs e salões de Londres e Paris do início da Idade Moderna.

Richard Sennett (1974), por sua vez, partindo dos argumentos propostos por Arendt e Habermas, constatou a “morte” dos espaços públicos em seu influente (e controverso) livro. Segundo esse argumento, ao longo da modernidade, nas grandes metrópoles das sociedades de massa, o “comportamento público” teria, aos poucos, se convertido em “comportamento privado”: as conversas e debates públicos de outros tempos, foram substituídos pelo silêncio incondicional, trazido pela modernidade; as vibrantes experiências públicas e comuns associadas às cidades renascentistas, foram substituídas pela alienação cosmopolita da grande metrópole capitalista; a heterogeneidade citadina se converteu em homogeneidade da vizinhança imediata; praças, parques, alamedas, ruas, esquinas, largos, calçadas etc. foram colonizados por interesses privados; a cidadania, enquanto valor social, foi substituída pelo consumismo, enquanto valor individualista; os espaços públicos cederam lugar aos espaços privados de uso comum, deixando de reunir públicos e usos diversos e, portanto, perdendo sua função política/pública essencial, isto é, promover a convivência da diversidade e a conciliação do conflito de interesses a ela inerente.

Não é preciso muito esforço para perceber que, para caracterizar o “declínio do homem público”, Sennett precisou recorrer às mesmas idealizações presentes nas obras de Arendt e

Habermas.⁴ É interessante notar como alguns autores que recorrem às ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” para se referir aos espaços públicos das cidades contemporâneas, parecem simplesmente incorporar novas roupagens a velhos argumentos, em muitos casos, sem fazer referências diretas aos estudos pioneiros aqui citados. Nesses estudos, o importante é encontrar novos elementos que possam corroborar, mais uma vez, a “morte”, a “destruição” ou, como preferem os mais pessimistas, o “fim” dos espaços públicos. Como o objetivo fundamental do presente artigo é refletir sobre os textos pioneiros, tal qual proposto nas notas introdutórias, gostaria de encerrar esse artigo convidando os leitores para uma breve revisita aos estudos que compõem aquilo que estamos chamando nesse texto de “perspectivas otimistas”.

Quem teve a oportunidade de ler o conhecido livro *O Processo Civilizador* (1939) do historiador e sociólogo Norbert Elias, por exemplo, muito provavelmente, teria dificuldades em internalizar a ideia de que, ao longo do processo de constituição da modernidade, o “comportamento público” teria sido completamente “privatizado”. Tal qual argumenta Norbert Elias, nas grandes cidades de algumas nações europeias, mudanças comportamentais e conceituais observadas nas cortes e nas cidades, pelo menos desde o Renascimento, sugeriam a existência de novos códigos comportamentais de conduta que Elias qualificou, justamente, como “comportamentos públicos” (cortesia, civilidade, polidez, urbanidade e civilização). Mesmo sem refletir diretamente sobre o papel específico dos espaços públicos nesse processo, para Norbert Elias, seria praticamente impossível dissociar o nascimento desses novos códigos comportamentais de convivência públicos, do processo de transformação dos Estados em instituições públicas e, simultaneamente, do crescimento das cadeias de interdependência econômica, funcional, produtiva, social, cultural e política em curso nas grandes cidades (e espaços públicos) da Idade Moderna. Em certo sentido, a despeito das várias ressalvas que eu teria a fazer, essa obra oferece um importante contraponto aos pontos de vista adotados pelos três autores anteriormente citados (ELIAS, vols. 1 e 2, 1994).

O mesmo pode ser dito em relação aos livros do sociólogo Erving Goffman, particularmente, o fundamental *Comportamentos em Lugares Públicos* (1962). O leitor que, porventura, se deparar com esse livro em mãos, após lê-lo, certamente, terá muitos questionamentos a fazer acerca do “silêncio”, da “passividade” e da “monotonia” da vida pública, diagnosticadas por autores que estudam os espaços públicos. O impacto dos trabalhos de Erving Goffman sobre a forma como concebemos os comportamentos públicos não pode ser, a meu ver, ignorado. As riquíssimas e extremamente complexas dinâmicas individuais, interpessoais, coletivas e socioespaciais associadas aos ritos de interação face a face que têm lugar nos espaços públicos, brilhantemente descritas por Goffman, demonstram a necessidade de olharmos com algumas ressalvas determinados argumentos amplamente difundidos na bibliografia especializada (GOFFMAN, 2010).

Apesar das controvérsias, contudo, existem também alguns consensos na literatura que versa sobre o tema dos espaços públicos, como, por exemplo, o papel desempenhado pela segregação socioespacial no processo de “compartimentação” da vida pública, característico das cidades modernas. A *ecologia dos bairros*, de que falava Richard Sennett, certamente, era também uma ecologia de grupos, de classes e de públicos, como bem argumentou o autor. Mas esses processos de “fragmentação” da vida citadina e de “privatização” da vida pública, amplamente documentados nos estudos urbanos críticos que surgiram após a década de 1970, não atuam de maneira isolada nas cidades. Há outros fenômenos e processos que, em contrapartida, atuam em sentido oposto, isto

⁴ Não estamos dizendo com isso, de maneira nenhuma, que devemos abandonar ou relativizar a importância desses três textos, nem mesmo que essas contribuições deixaram de ser relevantes atualmente. Longe disso! Trata-se apenas de reconhecer que seria possível vislumbrar outras possibilidades interpretativas, tratando-se de determinados tópicos.

é, promovendo a articulação de grupos, classes e públicos diversos, como o próprio advento das áreas centrais nas metrópoles modernas, por exemplo, para onde confluem pessoas, bens, serviços, atividades, edificações, vias etc.

Nos espaços urbanos e públicos para onde convergem grupos diversos, conforme argumentava a socióloga Lyn Lofland, o cosmopolitismo, apesar das muitas contradições existentes nas cidades, é celebrado como um valor incondicional. Em certo sentido, a figura do flâneur, do qual falavam Walter Benjamin, Richard Sennett e Marshall Berman, “individualista”, “consumista” e “egoísta” que, supostamente, seria o melhor representante da vida pública das grandes metrópoles modernas, contrasta com a representação do cosmopolitismo público descrito por Lofland, onde o exercício cotidiano do convívio com a diversidade constitui parte essencial da vida metropolitana (LOFLAND, 1973). Nesse sentido, não poderíamos deixar de mencionar os trabalhos do sociólogo William White, que quantificou e sistematizou os comportamentos individuais e coletivos nos espaços públicos urbanos, destacando a importância da dimensão espacial para o estudo das relações sociais citadinas, onde, literalmente, vida pública e vida privada se misturam, originando uma complexa dinâmica de encontros e desencontros, públicos e privados (WHITE, 1980).

Em contraposição ao discurso dominante que anuncia a “regressão”, a “decadência”, a “crise”, o “fim” dos espaços públicos e, mais especificamente, de sua tradicional função política, vemos na atualidade inúmeros indícios que parecem apontar para outras direções. A verdadeira “ebulição política” que se difundiu pelos espaços públicos do mundo inteiro nas últimas décadas, por exemplo, sugere outras possibilidades interpretativas. A ideia de que teria havido uma incontornável “despolitização” das massas urbanas nas cidades modernas, talvez não seja tão simples quanto possa parecer. Citemos alguns exemplos: no Oriente Médio e no norte da África, a avalanche de protestos e revoluções ocorridas após o ano de 2010, que ficou conhecida como Primavera Árabe, levou milhões de pessoas às ruas para manifestar sua insatisfação com o poder instituído, esse é o caso da Tunísia, Egito, Síria, Líbia, entre outros. Na Europa, a grave crise econômica que se instaurou na Zona do Euro, pelo menos desde 2011 em países como Grécia, Portugal, Espanha e Itália, levou outros tantos milhões às ruas para lutar contra as políticas de austeridade impostas pelos governantes europeus como solução para a crise. Ainda na Europa, os protestos encabeçados pela ativista sueca Greta Thunberg, em 2018, mobilizaram e seguem mobilizando milhões de pessoas em todo o mundo em prol de causas socioambientais. Na França, mais especificamente, em 2019, os “coletes amarelos” sacudiram as estruturas do poder instituído com manifestações que se espalharam por todo o país e, enquanto escrevo essas palavras, Paris e outras capitais francesas protestam arduamente contra uma reforma previdenciária imposta pelo presidente do país.

Nos Estados Unidos, movimentos organizados pela sociedade civil como o *Occupy Wall Street*, em 2011, quando milhões protestaram em todo o planeta contra as brutais taxas de concentração de renda/patrimônio no mundo capitalista e o processo de financeirização da economia global; e o *Black Lives Matter*, que surgiu em 2013 e sacudiu boa parte do mundo ocidental em 2020, mesmo ao longo da pandemia de Covid 19, levando milhões de pessoas às ruas em todo o planeta para protestar contra o racismo. Na América Latina, especialmente entre o fim de 2018 e o início de 2020, em países como Equador, Chile, Bolívia e Colômbia, em função do crescimento dos níveis de pobreza e desigualdades e da insatisfação geral com as ordens políticas e econômicas vigentes, grandes manifestações foram realizadas, muitas delas durante a maior crise sanitária do século. No Brasil, nos últimos anos, temos assistido a uma onda de protestos e mobilizações de conteúdos e formas muito diversas que tomou conta das ruas, praças e calçadas das grandes cidades de todo o país etc. O que esses poucos exemplos têm em comum? O fato de que esses protestos, mobilizações, ocupações, passeatas e manifestações, assim como ocorre em praticamente todos os cantos do

mundo, têm os espaços públicos como palcos principais de suas reivindicações. Será mesmo que podemos afirmar que os cidadãos e os espaços públicos foram efetivamente “despolitizados”?

É importante fazermos agora alguns esclarecimentos: a crítica que estamos fazendo a essa narrativa regressiva da vida pública, da esfera pública e dos espaços públicos não se refere, na grande maioria dos casos, ao conteúdo dos argumentos que são viabilizados pelos autores aqui citados, isoladamente considerados ou tomados em conjunto; mas à forma como esses argumentos são utilizados para compor uma narrativa evolutiva linear e, supostamente, incontornável, de “regressão” de “decadência” e de “crise” dos espaços públicos. As desigualdades de todas as naturezas; a privatização dos espaços públicos; os cortes nos orçamentos públicos; as diversas formas de violências; a alienação política; o individualismo; o machismo; o racismo; a homofobia; a xenofobia; a transfobia etc.; os preconceitos; todas as formas de exclusão, marginalização e criminalização de indivíduos e grupos; as intolerâncias (étnica, racial, religiosa, social, cultural, política etc.); a espetacularização das cidades; a segregação e a fragmentação socioespacial; a militarização dos espaços urbanos; a construção dos sistemas de vigilância citadinos; as violações dos direitos humanos; as diversas formas de corrupção da cidadania; entre muitos outros, são alguns dos inúmeros e inquestionáveis problemas que caracterizam as sociedades e cidades contemporâneas. Problemas esses que, certamente, precisam ser enfrentados de forma mais contundente se pretendemos construir sociedades efetivamente republicanas e democráticas e, conseqüentemente, cidades que sejam realmente livres, igualitárias, fraternas e diversas.

Um dos pressupostos fundamentais da tese do fim dos espaços públicos se baseia na hipótese de que a “regressão”, a “decadência” e a “crise” desses espaços nas cidades contemporâneas constituiriam expressões de uma crise da própria modernidade e, conseqüentemente, dos regimes republicanos e democráticos que com ela renasceram: diga-se de passagem, sistemas político-sociais que hoje recobrem a maior parte do globo. Em uma pesquisa bibliográfica recente, realizada com as palavras-chave *democracy + crisis*, foi possível encontrar mais de 20 livros que discorriam especificamente sobre esse tema, um debate que tem se aprofundado na comunidade acadêmica, nos parlamentos/congressos e, também, nos espaços públicos de reunião da sociedade civil, trazendo consigo a seguinte questão: qual será o futuro das repúblicas democráticas?

Eu certamente não tenho a resposta para a pergunta há pouco formulada. Mas é importante reconhecermos que, não importa se estamos tratando da democracia participativa ou da democracia representativa; se estamos nos referindo às cidades da Antiguidade Clássica, da Idade Moderna ou do mundo contemporâneo; se estamos refletindo sobre fenômenos de caráter contestatário, que questionam as ordens econômicas, políticas, sociais, culturais, comportamentais, identitárias etc.; ou se estamos refletindo sobre fenômenos de caráter lúdico, derivados do encontro da diversidade que tem lugar nas cidades e em seus espaços públicos: nas sociedades republicanas e democráticas, não resta dúvidas, os espaços públicos foram e continuam sendo instrumentos fundamentais de transformação das sociedades.

Referências

- ABREU, M. (1997). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, IPLANRIO, 147 p.
- ARENDT, H. (2007). *A condição humana*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 351 p.
- ARENDT, H. (2002). *O que é política?* 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 240 p.
- ARISTÓTELES (2000). *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 321 p.
- BENEVOLO, L. (1983). *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 729 p.
- BENJAMIN, W. (1985). Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, F. (Ed.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, pp.29-43.
- BERENSTEIN, P. (Ed.) (2003). *Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 160 p.
- BERMAN, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 360 p.
- BORJA, J. & MUXÍ, Z. (2003). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 118 p.
- BOROS, D. & GLASS, J. (2014). *Re-imagining public space: the Frankfurt School in the 21st century*. New York: Palgrave Macmillan, 250 p.
- CALDEIRA, T. (2000). *Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 400 p.
- CASSEGARD, C. (2014). Contestation and bracketing: the relation between public space and the public sphere. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 32, pp. 689-703.
- CHOAY, F. (1999). O reino do urbano e a morte da cidade. *Projeto História*, São Paulo, Vol. 18, pp. 67-89.
- CRAWFORD, M. (1995). Contesting the public realm: struggles over public space in Los Angeles. *Journal of Architectural Education*, v. 49, n. 1, pp. 4-9.
- DAVIS, M. (1993). *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 378 p.
- DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 237 p.
- ELIAS, N. (1994). *O processo civilizador Vol. I: uma história dos costumes*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 277 p.
- ELIAS, N. (1994). *O processo civilizador Vol. II: formação do Estado e civilização*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 307 p.
- FELIX DE SOUZA, A. (2018). Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. *Geografias, Espírito Santo*, v. 1, n. 26, pp. 182-21.
- FELIX DE SOUZA, A. (2022a). Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 26, n. 1, pp. 1-21.
- FELIX DE SOUZA, A. (2023). Cosmopolis: public spaces, cosmopolitanism, and democracy. *GeoJournal*, n. 88, pp 1157–1173.
- FYFE, N. (Ed.) (1998). *The Images of the street: planning, identity and control in public space*. London and New York: Routledge, 286p.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp. 177 p.
- GOFFMAN, E. (2010). *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 263 p.
- GOHEEN, P. (1998). Public space and the geography of the modern city. *Progress in Human Geography*, v. 22, n. 4, p. 479-496.
- GOODSELL, C. (2003). The concept of public space and its democratic manifestations. *American Review of Public Administration*, v. 33, n. 4, p. 361-383.
- GOMES, P. (2010). *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 304 p.
- GOMES, P. (2018). Espaço público, espaços públicos. *GEOgraphia*, v. 20, n. 44, p. 12-30.
- GOMES, P. & RIBEIRO, L. (Ed.) (2020). *Formas de la Sociabilidad: una geografía de los espacios públicos en Rio de Janeiro*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 304 p.
- HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 397 p.
- HARVEY, D. (2003). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 349 p.

- HARVEY, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 236 p.
- HOLSTON, J. (1998). Spaces of insurgent citizenship. In: SANDERCOCK, L. (Ed.). *Making the invisible visible, a multicultural planning history*. London: University of California Press, p. 37-56.
- HOSKYNS, T. (2014). *The empty place: democracy and public space*. New York: Routledge, 214 p.
- HOWELL, P. (1993). Public space and the public sphere: political theory and the historical geography of modernity. *Environment and Planning: Society and Space*, n. 11, p. 303-322.
- IRAZÁBAL, C. (Ed.) (2008). *Ordinary places, extraordinary events: citizenship, democracy and public space in Latin America*. New York: Routledge, 254 p.
- IVESON, K. (2007). *Publics and the city*. Carlton: Blackwell Publishing, 251 p.
- JACOBS, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 510 p.
- KOHN, M. (2004). *Brave new neighborhoods: the privatization of public space*. New York and London: Routledge. 232 p.
- KOHN, M. (2008). Homo spectator: public space in the age of the spectacle. *Philosophy & Social Criticism*, v. 34, n. 5, p. 467-486.
- LATHAM, A. & LAYTON, J. (2019). Social infrastructure and the public life of cities: Studying urban sociality and public spaces. *Geography Compass*, v. 13, n. 7, p. 1-15.
- LEE, N. (2009). How is a political public space made? The birth of Tiananmen Square and the may fourth movement. *Political Geography*, v. 28, n. 1, p. 32-43.
- LIGHT, A. & SMITH, J. (Ed.) (1998). *The production of public space*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 268 p.
- LOFLAND, L. (1973). *A world of strangers: order and action in urban public space*. New York: Basic Books, Inc., Publisher, 223 p.
- LOW, S. & SMITH, N. (Ed.) (2006). *The politics of public space*. London and New York, Routledge Taylor & Francis Group, 185 p.
- LOW, S.; TAPLIN, D. & SCHELD, S. (2005). *Rethinking urban parks: public space and cultural diversity*. Texas: University of Texas Press, 240 p.
- PARKINSON, J. (2012). *Democracy and public space: the physical sites of democratic performance*. New York: Oxford University Press, 246 p.
- PARKINSON, J. (2013). How is space public? Implications for spatial policy and democracy. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 31, p. 682-699.
- MITCHELL, D. (2003). *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: The Guilford Press, 270 p.
- MUMFORD, L. (1982). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 741 p.
- NÉMETH, J. (2012). Controlling the commons: how public is public space? *Urban Affairs Review*, v. 48, n. 6, p. 811-835.
- ORUM, A. & NEAL, Z. (Ed.) (2010). *Common ground? readings and reflections on public space*. New York: Routledge, 227 p.
- PARKINSON, J. (2012). *Democracy and public space: the physical sites of democratic performance*. New York: Oxford University Press, 246 p.
- SANTOS, M. (2007). *O espaço do cidadão*. São Paulo: 7ª Ed. Editora da Universidade de São Paulo, 176 p.
- SENNETT, R. (1989). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 447 p.
- SERPA, Â. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 205 p.
- SIMMEL, G. (1973). A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Ed.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 133 p.
- SORKIN, M. (Ed.) (1992). *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space*. New York: Hill and Wang, 252 p.
- STAEHELI, L. & THOMPSON, A. (1997). Citizenship, community, and struggles for public space. *Professional Geographer*, v. 49, n. 1, p. 28-38.

- STAEHELI, L. & MITCHELL, D. (2007). Locating the public in research and practice. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 6, p.792-811.
- STAEHELI, L. (2010). Political geography: democracy and the disorderly public. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 1, p. 67-78.
- STAEHELI, L. & MITCHELL, D. (2008). *The people's property? power, politics, and the public*. New York: Routledge, 195 p.
- TERZI, C. & TONNELAT, S (2017). The publicization of public space. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 49, n. 3, p. 519–536.
- VERMEREN, P. (2008). Equality and Democracy. *Diogenes*, n. 220, p. 55-68.
- VALENTINE, G. (2008). Living with difference: reflections on geographies of encounter. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 3, p. 323-337.
- WATSON, S. (2006). *City publics: the (dis)enchantments of urban encounters*. New York: Routledge, 193 p.
- WATSON, S. (2019). Public city, the. In: ORUM (Ed.). *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*. New York: Wiley-Blackwell, 2912 p.
- WHITE, W. (1980). *The social life of small urban spaces*. New York: Project of Public Spaces, 125 p.
- ZUKIN, C. (1995). *The cultures of cities*. Oxford, Blackwell, 322 p.
- ZUKIN, C. (2010). *Naked city: the death and life of authentic urban places*. Oxford; New York: Oxford University Press, 294 p.